

MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

	DEPUTADOS
PRESIDENTE	MAURI TORRES
1º-VICE-PRESIDENTE	RÊMOLLO ALOISE
2º-VICE-PRESIDENTE	ADELMO CARNEIRO LEÃO
3º-VICE-PRESIDENTE	DILZON MELO
1º-SECRETÁRIO	ANTÔNIO ANDRADE
2º-SECRETÁRIO	LUÍZ FERNANDO FÁRIA
3º-SECRETÁRIO	PASTOR GEORGE

SECRETARIA

DIRETOR-GERAL	JOÃO FRANCO
SECRETÁRIO-GERAL	
DA MESA	EDUARDO VIEIRA MOREIRA

Revista do Legislativo nº 37 ISSN 1676-9473

Publicação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Conselho Editorial: Ramiro Batista (Diretor de Comunicação Institucional), Cláudia Sampaio Costa (Diretora Legislativa), Sabino José Fortes Fleury (Gerente-Geral de Consultoria Temática), Juscelino Luís Ribeiro (Gerente-Geral de Projetos Institucionais), Myriam Costa de Oliveira (Assessora da Gerência-Geral de Projetos Institucionais), Lúcio Pérez (Gerente-Geral de Imprensa e Divulgação), Alaôr Messias Marques Júnior (Gerente-Geral da Escola do Legislativo), Cristiane Pereira (Gerente de Jornalismo), Joana Nascimento (Gerente de Comunicação Visual).

Editora Executiva: Patrícia Duarte; Editora Adjunta: Fabiana Oliveira; Revisão: Izabela Moreira e Margareth Magalhães; Projeto Gráfico: Mauro Lúcio de Paula e Paulo Brasil; Arte: Mauro Lúcio de Paula; Abertura das Matérias/Criação: Baúde Ribeiro; Ilustração: Rodrigo Valente; Capa/Criação: Paulo Brasil. Fotografias: Alair Vieira (págs. 7, 9, 11, 28, 35, 39 e 42), Helena Leão (págs. 26 e 27), Marcelo Metzker (págs. 13, 17, 19, 20, 21, 25, 29, 30, 31, 32, 33 e 34), Ricardo Barbosa (pág. 24).

Endereço

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Sala 7
CEP: 30190-921 – Tel.: (31) 3290-7801
Fax: (31) 3290-7811 – BH – MG

Assembléia na Internet:
<http://www.almg.gov.br>

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios brasileiros conquistaram um novo *status* político, quando passaram a ser reconhecidos como ente federativo, juntamente com a União, os Estados e o Distrito Federal. Se, por um lado, essa condição deu a eles maior autonomia e poder de influência na definição de políticas públicas; por outro, trouxe novos desafios aos gestores municipais. Hoje eles estão às voltas com a busca de soluções para a difícil equação de compatibilizar os poucos recursos da municipalidade com a definição de prioridades, entre tantas urgências, e a implantação das políticas públicas necessárias, muitas delas hoje de responsabilidade das administrações locais. Ao final do exercício, saem, no entanto, com a sensação de que todos os esforços foram, ainda e sempre, insuficientes para resolver todas as carências sociais das cidades brasileiras.

Em Minas Gerais esse quadro se repete na mesma dimensão. Num primeiro momento, seduzidos pela nova condição que os municípios alcançaram, um grande número de distritos pleiteou a sua emancipação, acreditando que o acesso a novos recursos financeiros lhes daria melhores condições para enfrentar seus problemas. Os recursos, no entanto, já insuficientes e redistribuídos entre um número maior de participantes, continuam sendo disputados centavo a centavo. As responsabilidades, no entanto, aumentaram, e isso trouxe para os municípios novas dificuldades.

Outro caminho que vem sendo perseguido pelos municípios, na tentativa de potencializar as ações locais, é o da união de cidades vizinhas em uma região metropolitana. Essa nova condição lhes daria, pelo menos em tese, maior força política para pleitear recursos e influir na definição de políticas públicas, bem como a capacidade de enfrentar, de forma coletiva, os problemas sociais que têm repercussão além dos limites de cada município. Mas, para obter sucesso nessa empreitada, são necessários outros requisitos, nem sempre observados pelos municípios que pleiteiam a participação numa região metropolitana.

Foi com o objetivo de evitar novas frustrações, como ocorreu com o fenômeno de emancipação de municípios durante os anos 1990, que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais realizou, no final de 2003, o Seminário Legislativo Regiões Metropolitanas. Em outubro foram realizados cinco encontros regionais, nas cidades de Governador Valadares, Uberlândia, Santa Luzia, Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete. De 10 a 12 de novembro, 109 entidades e mais de 700 participantes se reuniram em Belo Horizonte, para dar continuidade aos debates e aprovar o documento final do seminário, que teve 194 propostas.

Esta edição da *Revista do Legislativo* apresenta uma síntese dos debates realizados no Seminário Legislativo Regiões Metropolitanas e artigos que aprofundam a discussão sobre esse tema. Traz ainda um estudo sobre os municípios emancipados; um quadro sobre o desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte e uma análise sobre a capacidade de ação dos municípios na solução desse problema; além do relato sobre pesquisa realizada em Belo Horizonte, que analisa o impacto da violência no processo de aprendizado dos alunos.